

Fortaleza, setembro de 2026.

Carta aos cearenses sobre o Direito à Segurança

A insegurança é a maior preocupação da nossa população. A violência letal, a presença de organizações criminosas, a circulação de armas, a vulnerabilidade de mulheres, adolescentes e jovens e a violência que atravessa territórios marcados pela desigualdade são uma realidade no Ceará. Mas nenhum desses problemas será resolvido por uma única instituição ou apenas pelo aumento da força. Em período eleitoral, essa grave realidade ganha contornos sensacionalistas por meio de um populismo que promete respostas fáceis a problemas extremamente complexos, instrumentaliza o medo e rifa direitos básicos em troca de uma falsa sensação de segurança. Se para acabar com a violência fosse necessário somente o encarceramento, já teríamos superado esse problema.

Por isso, quero me dirigir a você com a seriedade que o tema exige. Ao longo de nossos mandatos, a segurança pública foi uma prioridade sob a premissa de que Cada Vida Importa. À frente da Comissão de Direitos Humanos, estivemos sempre abertos ao atendimento de vítimas de quaisquer violências. Estivemos ao lado das vítimas no caso das famílias do Curió, das Mães da Periferia e de tantas outras que transformaram a própria dor em luta por memória, justiça e reparação. Realizamos diversas incidências, audiências públicas e reuniões junto aos profissionais de segurança abordando as condições de trabalho e o adoecimento laboral. Por isso defendemos a prevenção da violência, a qualificação da atividade policial, a valorização dos trabalhadores da segurança e uma política pública que não banalize a morte.

Nossa incidência legislativa transformou essa escuta em conquistas concretas. Há dez anos instituímos o Comitê de Prevenção e Combate à Violência da Assembleia Legislativa do Ceará com a missão de produzir conhecimento e formular recomendações para políticas públicas de prevenção, tendo como prioridade a redução dos homicídios. Hoje, o Comitê Cada Vida Importa é uma referência nacional, chegando a inspirar projeto nacional do Ministério de Direitos Humanos. Violência não só se combate, mas se previne. Por isso, nos dedicamos a elaborar recomendações efetivas de ações de redução da violência que vão da infraestrutura urbana, atendimento integral a vítimas de violência, qualificação de servidores, responsabilização correta e adequada de crimes, ampliação de oportunidades para jovens, reinserção social de pessoas pós-sanções penais.

Aprovamos a Política Estadual de Controle de Armas de Fogo (Lei 16.974/19) a fim de prevenir e combater o tráfico de armas e munições; as Comissões de Proteção à Violência Contra a Criança e o Adolescente nas escolas (Lei 17.253/20); e inserimos no calendário oficial os debates sobre prevenção de homicídios juvenis, de violência de gênero, o enfrentamento à violência política contra as mulheres e o enfrentamento das diversas formas de discriminação. Por acreditar que políticas públicas devem estar fundamentadas em diagnósticos consistentes, aprovamos o Dossiê Mulher - uma sistematização periódica de estatísticas sobre as mulheres e meninas vítimas de violência atendidas pelas políticas públicas sob responsabilidade do Estado.

Também tivemos forte incidência para promover condições adequadas de trabalho e a saúde integral aos profissionais de segurança. Elaboramos uma agenda com profissionais de segurança pública em 5 dimensões de atenção: recrutamento, formação permanente, condições de trabalho e carreira, saúde integral e integridade das instituições. Indicamos um projeto que trata dos casos de assédio moral contra servidores civis e militares e aprovamos o Programa de Diretrizes de Promoção de Segurança e Saúde no Trabalho de Profissionais da Segurança Pública.

Entre outros objetivos, esse programa busca atuar preventivamente em relação aos acidentes, traumas e doenças laborais e promover a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da área.

Dentre outras relevantes conquistas, também aprovamos indicações para a criação da Delegacia Especializada de combate à Crimes Cibernéticos e a qualificação de informações em Boletins de Ocorrência e Termos Circunstanciados sobre gênero, nome social e orientação sexual. Aprovamos ainda o projeto de Indicação sobre a criação da Delegacia Especializada de combate à Intolerância Religiosa. Fruto de uma grande articulação com mais de 150 com entidades religiosas e organizações da sociedade civil, hoje Fortaleza conta com uma Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual (DECRIM).

A experiência demonstra que a redução da violência exige investigação qualificada, integração institucional e presença permanente do Estado nos territórios para a promoção e garantia de direitos. Segurança pública é, em sua essência, um direito humano. Seguiremos em Brasília, defendendo um modelo que não escolhe quem merece viver, que combate o crime sem tratar a periferia como inimiga e que preserva vidas. Entendemos que é possível reduzir a violência com inteligência e ampliação de justiça social. A violência é retorno da segregação. A prevenção começa no território. Se a morte é previsível, é prevenível e cada vida importa, porque a paz é fruto da justiça e o direito à segurança é fruto da segurança de todos os direitos.

